

TÍTULO: A instituição escolar, resgatando os aspectos da deficiência

AUTORAS: Keila Maria Moura S. Ribeiro
Priscila Lourenço de Oliveira

CO-AUTORA: Prof^a Ms. Marciclene de Freitas Ribeiro Junqueira
mfrjribeiro@yahoo.com.br

ÁREA: Responsabilidade Social

OBJETIVOS: realizar uma reflexão sobre o papel da escola, do planejamento institucional e a relação de tais parâmetros com o resgate dos aspectos da deficiência.

METODOLOGIA: Parte de análise de artigos científicos, discussões de caso em ambiente acadêmico e observação de apoio pedagógico oferecido á portadores de Síndrome de Down. O enfoque teórico utilizado abrange uma visão sócio-histórica do desenvolvimento e aprendizagem na infância. Aborda a importância das relações entre a escola, educadoras e os pais e qual o papel destes na educação da criança.

Introdução

Para Teles (2001), a psicologia é a ciência que procura entender o homem, a sua maneira de comportar a fim de solicitar a convivência consigo próprio e com os outros indivíduos.

Para compreender a psicologia escolar segundo Patto (2003) é importante refletir as questões históricas que envolvem. É importante conhecer as questões do seu passado, pois é impossível pensar e trabalhar no futuro da psicologia sem a

ciência do comportamento compreendê-la num lugar, num tempo social e politicamente determinado.

De acordo com Maluf (1994), foi em meados de 1960 que surgiu a psicologia escolar. Sua identidade ainda era pouco definida, a figura do psicólogo escolar estava relacionada a tarefa de enfrentar e solucionar o que se habituou denominar de “situações-problemas”, oriundas da escola. O enfrentamento desses problemas evidenciou a fragilidade do conhecimento psicológico a respeito da ação educacional.

No século XX, segundo Bock (2003), surge a escola nova, valorizando a infância e trabalhando para preservá-la. Nessa fase buscou-se abolir os castigos e a vigilância disciplinar, excessivamente rígida para substituí-la pela vigilância psicológica. A escola demandou o conhecimento da Psicologia do desenvolvimento, daí então o surgimento de muitas teorias nessa área que vão embasar a prática pedagógica.

A articulação entre psicologia e educação começou com um processo não harmônico e assimétrico, pois a psicologia assume autoridade que muitas vezes ultrapassam os limites da sua competência e a educação busca em outras áreas do conhecimento explicações para problemas específicos.

Para Martinez (2003) a psicologia escolar, enquanto campo de produção científica e de trabalho profissional, é a expressão da própria psicologia no contexto escolar e se constitui a partir de contribuir com a otimização do processo educativo e com o espaço de sua ação, entendido como as instituições escolares.

Fundamentação Teórica

A escola clássica, segundo Dinaria (2004), desde a Revolução Industrial até o início deste século, foi representada por meio de três movimentos: a administração científica de Taylor, a administração geral de Fayol e a administração burocrática originada de uma disfunção da racionalidade de Weber. Esses movimentos têm mantido seus princípios presentes nas práticas administrativas atuais. Esse modelo de administração vem contribuindo com os princípios da divisão do trabalho autoridade, disciplina, os quais formaram os modelos da estrutura capitalista.

Vale considerar aspectos relativos a outras culturas como os Estado Unidos segundo Juliatto (2005), a educação nesse país toma como referencial a

preocupação com a qualidade e criando mecanismos para o seu controle e aprimoramento nas instituições, e ainda hoje o poder público se preocupa em fomentar a implantação de atividades de avaliação do produto educacional. Diferentemente do nosso sistema, onde as iniciativas partiram espontaneamente das escolas e dos educadores e nunca foram impostas pelo poder público.

A avaliação do processo educacional tem um momento importante quando no final de fevereiro de 1998, em Faria e Palhares (2005), segundo Cerisora (2004) uma média de 700 profissionais de diferentes áreas ligados à área de educação infantil começaram a receber a versão preliminar dos Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) e foram convidados a emitir parecer individual ou institucional. Destes, 230 devolveram a avaliação ao MEC. Uma minoria se posicionou a favor do documento, considerando o relevante. Outros encaminharam documentos sugerindo alterações no mesmo.

O movimento já havia sido instalado com a discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e, em seguida, com o *“Referencial Pedagógico-Curricular para a Formação de Professores da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental*.

Segundo Nóvoa (1999), a perspectiva das organizações escolares, estão pautada na abordagem centrada na sala de aula e as perspectivas sócio-institucionais focalizadas no sistema educativo, sendo uma das realidades mais interessantes da nova investigação em Ciências da Educação. O funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre a estrutura formal e as interações que se produzem no seu seio, nomeadamente entre grupos com interesses distintos.

Os estudos centrados nas características organizacionais das escolas tendem a construir-se com base em três grandes áreas de destaque: a estrutura física da escola que consiste em aspecto da dimensão da escola, recursos materiais, número de turmas, edifício escolar, organização dos espaços a estrutura administrativa de escola: gestão, direção, controle, inspeção, tomada de decisão, pessoal docente, pessoal auxiliar, participação das comunidades, relação com as autoridades centrais e locais e a estrutura social da escola e relação entre alunos, professores e

funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia interna, cultural e organizacional da escola.

Já Brunet (1999), caracteriza e ressalta que uma escola deve ser trabalhada a partir de unidades de análise. Destaca que o clima da direção determina os princípios da organização, é importante que o diretor acompanhe sua equipe de trabalho, pois pode existir movimentos no interior de uma organização capazes de produzir existentes de diferentes climas, no entanto os membros partilham a percepção do clima organizacional.

A missão institucional segundo Juliatto (2005), está no eixo do conceito da qualidade da educação. As instituições educacionais, tanto quanto outras organizações humanas são necessariamente orientadas pela sua finalidade. É importante que a missão e a razão de ser da instituição estejam bem claras para que o discurso a cerca da qualidade não perca o sentido. Assim a instituição não pode ser entendida sem a definição de sua missão e finalidade e sem o conjunto de seus objetivos e metas. Isso constitui condição prévia, tanto para a avaliação da sua qualidade quanto para o melhoramento de sua eficácia

Para Hutmacher (1999), é simples constatar que, em relação às práticas de ensino, as mudanças mais importantes deram-se no ensino primário, apesar de não serem revolucionárias, nem generalizadas; isto é, operaram-se precisamente em um nível do sistema em que nenhuma reforma de estrutura, teve a ilusão de provocar de forma direta uma renovação das práticas. A pedagogia ativa está mais desenvolvida no ensino primário, de tal modo que, ao entrarem no ensino secundário, os alunos experimentam uma espécie de regressão quanto ao seu empenhamento e participação nas atividades de pesquisa, de descoberta e de construção dos saberes.

Afirmam os especialistas em educação que é preciso renovar a formação dos professores; mas, nos lugares em que ela se deu, segundo a opinião dos próprios interessados, parece não se ter verificado os resultados esperados, pelo menos no plano da renovação das práticas pedagógicas.

Além de considerar a prática pedagógica e formação do professor segundo Faria e Palhares (2005), a organização do espaço físico das instituições, em especial a de educação infantil deve levar em conta todas as dimensões humanas potencializadas nas crianças: o imaginário, o lúdico, o artístico, o afetivo, o cognitivo

etc. É importante ressaltar que o espaço, externo e interno, deve permitir o fortalecimento da independência das crianças: mesmo sendo seguro, não precisa ser ultra protetor, isto é, em nome da segurança não deve impedir experiências que favoreçam o auto-conhecimento dos perigos e obstáculos que o ambiente proporciona.

A análise dos processos escolares fez-se a partir de sete grandes áreas conceptuais: ênfase nas aprendizagens acadêmicas; atuação do professor durante as aulas; prêmios e castigos; condições de aprendizagem; responsabilidades e participação dos alunos na vida da escola; estabilidade dos professores; e organização social dos grupos. Os dados sobre o desenvolvimento destes processos foram recolhidos através de entrevistas aos professores, de questionários aos alunos e da observação de aulas (uma em cada escola).

Para Vygotsky (2001), a intervenção é construída com base no desenvolvimento do indivíduo, nos resultados de um processo sócio-histórico, enfatizando o papel da linguagem e da aprendizagem, nesse desenvolvimento. Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio. As concepções desse autor sobre o processo de formação de conceitos remetem às relações entre pensamento e linguagem, à questão cultural no processo de construção de significados pelos indivíduos, ao processo de internalização e ao papel da escola na transmissão de conhecimento, que é de natureza diferente daqueles aprendidos na vida cotidiana. Propõe uma visão de formação das funções psíquicas superiores como interiorização mediada pela cultura

Para Bosker e Scheerens (1999) o critério predominante nos estudos sobre a eficácia escolar é o desempenho do aluno. Apesar de ser suposto que os economistas e os sociólogos usem instrumentos que permitam medir se os objetivos foram alcançados, tais como a percentagem de estudantes que passam o exame final, também eles preferem freqüentemente a utilização de avaliação contínua. Por exemplo, quando decidimos medir o desempenho dos alunos no final do ensino básico, deveríamos interrogar-nos sobre a medida que melhor poderia prever o sucesso acadêmico no ensino secundário; neste caso, poderia recorrer-se tanto a um leque alargado de testes curriculares específicos, como a testes gerais de aptidão acadêmica.

Após a investigação e avaliação, segundo Tanamachi e Meira (2003), se faz necessário a discussão dos resultados preliminares, preferencialmente com toda comunidade escolar. Algumas questões devem ser garantidas, como: síntese dos principais procedimentos utilizados; apresentação geral dos dados que permite uma compreensão globalizada da realidade; indicações das questões que devem ser trabalhadas e com isso poderia ser feito.

Para Correia, Lima e Araújo, (2001) o diagnóstico envolve todos os diretores e indivíduos que compõe a escola, bem como suas inter-relações os objetivos, e observação das relações. Faz-se interessante realizar levantamento sobre quais evidências teóricas fundamentam a postura e a ação dos professores e dos seus dirigentes, a coerência entre discursos e prática dos seus componentes. Desse modo o Psicólogo irá verificar os aspectos da escola, independente das queixas iniciais que geralmente tendem a focalizar aos problemas dos alunos.

Para Santana (2004), o cotidiano escolar atualmente afetado em suas estruturas, oferece um discurso de que: hoje o aluno não é mais o mesmo, as famílias não são as mesmas, as aulas não são as mesmas, isso remete para uma escola que precisa de novas estruturas, novos caminhos, para alcançar o homem contemporâneo e, sem dúvida, adequar-se às novas exigências sociais, políticas e econômicas. Tais aspectos são revelados na maioria dos discursos emitidos pelos educadores. Tal afirmativa vem acrescida da dificuldade que os professores e equipes tem em planejar ações que venham minimizar tal situação.

Neste sentido, Hora (2004), acredita que a necessidade de promover a articulação entre a escola e a comunidade é fundamental. O entendimento que a escola não é um órgão isolado do contexto global que faz parte, deve estar presente no processo de organização e planejamento institucional de modo que as ações a serem desenvolvidas estejam voltadas para as necessidades da clientela atendida, equipe e comunidade.

De acordo com Bruno (2000) se faz necessário uma evolução sociocultural. Os dados atuais permitem observar que a exclusão das minorias sociais e entre estas os deficientes portadores de necessidades especiais com Síndrome de Down, é relevante, uma vez que não conseguem, na sua maioria, participar de atividades escolares e em especial, de alfabetização. É importante ressaltar a necessidade de

inclusão de alunos portadores de deficiência nas instituições, uma vez que o convívio desse aluno, na escola possibilitará uma integração e amadurecimento de ambas as partes, tanto dos portadores de necessidades especiais quanto dos considerados normais.

É importante que o Psicólogo escolar conheça a realidade da escola, pois é a partir da percepção das representações e visões de mundo, dos interesses e valores da escola que poderá propor um plano de ação com qualidade, que realmente atenda a demanda da escola. Por isso é tão importante o diagnóstico institucional. É fundamental que este diagnóstico favoreça o maior número possível de informações e sobre como se dão as relações dentro da instituição, promovendo a reflexão crítica sobre o processo de educação.

Referências Bibliográficas

Almeida, S. F. C. e Martinez, A. M. (Orgs.) (2003). ***Psicologia Escolar: Ética e Competência na formação e atuação profissional***. Campinas: Alínea.

Bock, A. M. B. (2003) ***Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites***. In Bock, A. M. B. (Orgs.), *Psicologia e o Compromisso Social*. São Paulo: Cortez.

Bosker, R. J. e Scheerens J. (1999). **Definição de critérios, dimensão dos efeitos e estabilidade: Três questões fundamentais na investigação sobre a eficácia escolar**. Em Nóvoa A. (Org.), *As Organizações Escolares*. Lisboa: Dom Quixote.

Bruno, M. (2000). **Escola inclusão: problemas e perspectivas. Palestra proferida no 2º encontro de educação do estado paulista**. Série – Estudos. Periódicos do Mestrado em Educação da UCDB.Campo Grande. MS, N. 10, p-79-90, dez 2000.

Brunet, Luc. (1999). **Clima de trabalho e Eficácia da Escola**. Em Nóvoa A. (Org.), *As Organizações Escolares*. Lisboa: Dom Quixote.

Correia, M. F. B., Lima, A. P. & Araújo, C. R. (2001). **As contribuições da Psicologia Cognitivas e a Atuação do Psicólogo no Contexto Escolar**. Site: www.scielo.br/scilo.php?script=sciartex&pid=so1029722001000300010&lng

Cerisora, A. B. (2004). **A produção Acadêmica na área da educação infantil com base na análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil**. In Faria A. L. G. e Palhares M. S. (orgs.). *Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios*. Campinas: Autores Associados

Faria, A. L., Palhares M.S. e Martinez, C. M. S. (2005). **A Educação Infantil Maior Questão para Debate**. In: Faria A. L. e Palhares M. S. (Orgs.). *Educação infantil. Pós –LDB. Rumos e Desafios*. 5 edição, 2005, Autores Associados. São Carlos.

Good, T. L. e Weinstein R. S. (1999). **As escolas Marcam a Diferença: Evidências, Críticas e Novas Perspectivas**. Em Nóvoa A. (Org.), *As Organizações Escolares*. Lisboa: Dom Quixote.

Hora, D. L. (2004). **A relação Escola-Comunidade: Gestão Democrática na Escola**. Campinas, SP. Ed. Papirus.

Humtmacher, W. (1999). **A escola em todos os seus estados: Das políticas de sistema às Estratégias de Estabelecimento**. In Nóvoa A. (Org.), *As Organizações Escolares*. Lisboa: Dom Quixote.

Juliatto, I. C. (2005), **A Universidade em Busca da Excelência: Um estudo sobre qualidade da Educação**. Curitiba: Ed. Champagnat: Goiânia: Ed. da UCG.

Martinez, A. M. (2003). **O Psicólogo na Construção do Proposta da Escola: Área de atuação e Desafios para a formação**. In Almeida S. F. C. (org.). *Psicologia Escolar: Ética e Competência na Formação e Atuação Profissional*. Campinas, S. Paulo: Alégena.

Meira, M. E. M. e Antunes M. A. M. (2003). **Construindo uma concepção crítica de psicologia escolar**. Em: M. E. M. Meira, M. A. M. Antunes (orgs.), *Psicologia Escolar: Teorias Críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Nóvoa, A. (1999). **Para uma Análise das Instituições Escolares: As Organizações Escolares**. Lisboa: Dom Quixote.

Patto, M. H. S. (2003). **O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-Educação**. In: Bock, A. M. B. (Org.) (2003), *Psicologia e o Compromisso social*. São Paulo: Cortez.

Santana, A. M. (2004). **Psicologia Escolar uma contribuição para reflexões em ambiente acadêmico do curso de Psicologia**. Goiânia.

Tanamachi, E. R. e Meira, M. E. M. (2003). **A Atuação do Psicólogo como Expressão do Pensamento Crítico em Psicologia e Educação**. In Meira, M. E. M e Antunes, M. A. M (orgs.). *Psicologia Escolar: Práticas Críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Teles, M. L. S. (2001). **O que é Psicologia**. São Paulo: Brasiliense.

Vigotski, L. S. (2001). **A Construção do Pensamento e da Linguagem formação da Mente**. São Paulo: Martins fontes.